

**O Parlamento:**  
**mapa e iconografia**

**PAULO JORGE FERNANDES**

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, UNIVERSIDADE DE LISBOA

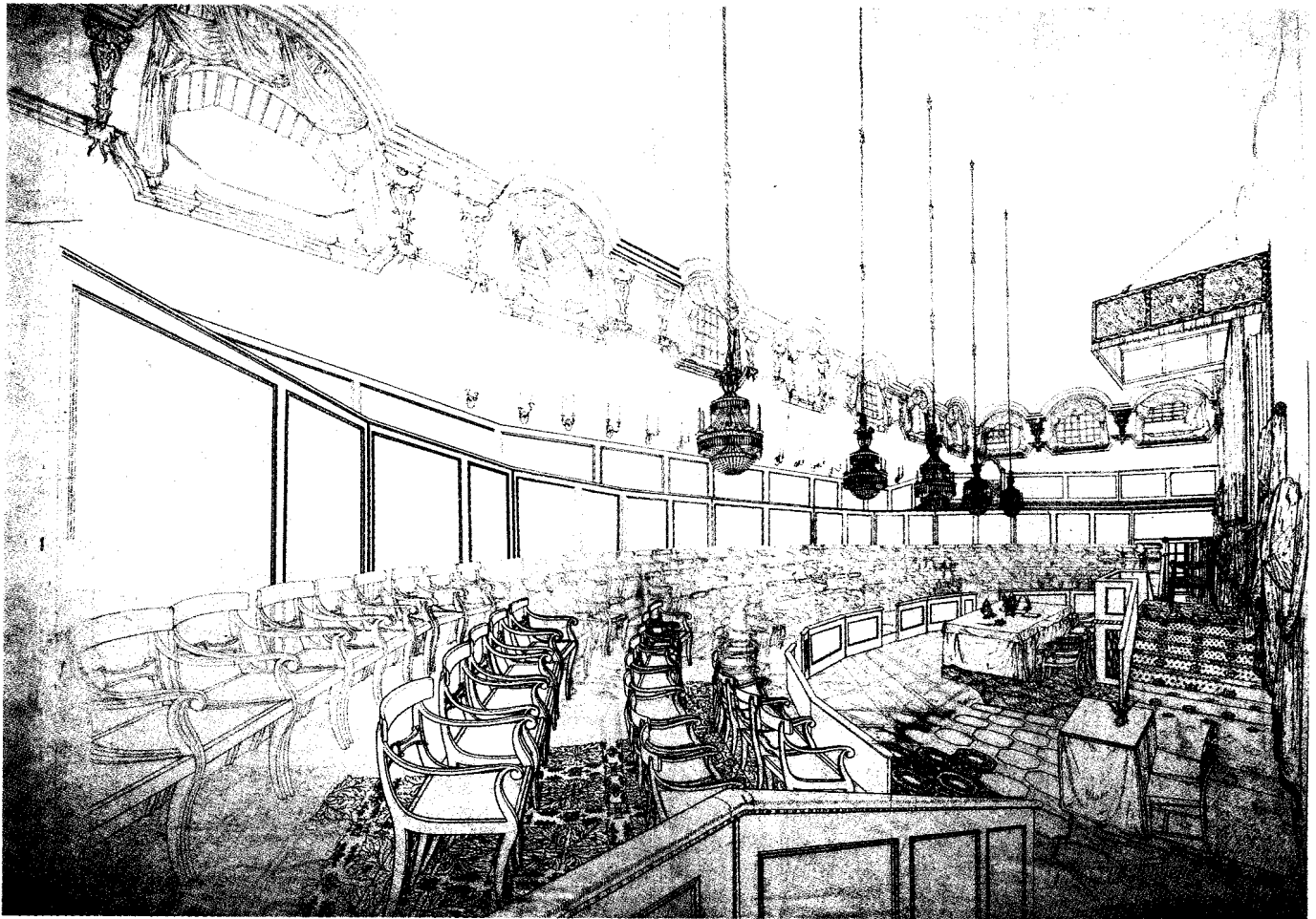
O exercício da nova representação política exigia um lugar condigno que acolhesse os seus intérpretes: os mandatados pelo voto popular ou designados pela vontade régia. E, como cenário intrinsecamente associado à sede da soberania nacional desde a constitucionalização (1821-1822) da Revolução Liberal, a sede do poder legislativo funcionou, igualmente, como o palco onde os monarcas constitucionais se submeteram aos rituais de aclamação (desde 1834 até 1910) e onde os presidentes da I República foram eleitos<sup>1</sup> e tomaram posse (entre 1911 e 1926). Mas não foi fácil a escolha de um espaço imediatamente revestido de uma nova sacralidade cívica, sinal das próprias dificuldades que rodearam o nascimento e a evolução do regime liberal português.

### ***As Cortes improvisadas***

A sessão inaugural das primeiras Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes teve lugar a 24 de Janeiro de 1821. O Parlamento abriu sem a presença do rei, uma vez que D. João VI se encontrava ausente no Brasil, e ainda sem uma sede própria. A sala da Livraria do Convento das Necessidades, em Lisboa, localizada no Andar Nobre do edifício, seria escolhida para receber os deputados eleitos em Dezembro de 1820. O acervo arquivístico que lá se encontrava depositado teve de ser transferido para as salas de aulas dos congregados. O local de planta rectangular foi então

---

<sup>1</sup> A única excepção foi Sidónio Pais, eleito por sufrágio universal (masculino) directo em 1918.

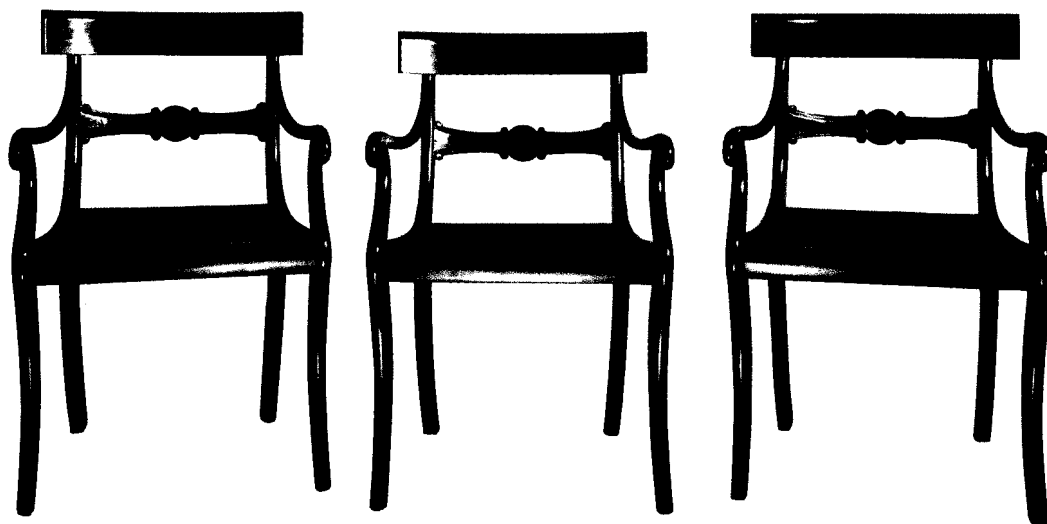


■ Sala das Cortes Constituintes na Livraria da Convento das Necessidades (1820)  
[Des. de Domingos António de Sequeira. MNAA]

adaptado às novas funções, tarefa que coube ao arquitecto Joaquim Marques, ficando Domingos António de Sequeira encarregado da decoração.

Sensível às necessidades acústicas e visuais do recinto, o conhecido pintor concebeu uma disposição da sala em anfiteatro – com quatro ordens de cadeiras, que seriam ocupadas pelos parlamentares, e uma galeria destinada ao público por detrás, num nível superior, viradas para o Trono Real, que se encontrava sob um dossel. Quando se procedeu ao arranjo final da sala percebeu-se que o espaço planeado era demasiado exíguo, o que obrigou à supressão de uma fila de assentos<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> De acordo com o projecto de Regimento da Câmara dos Deputados de 1820, os parlamentares deveriam tomar assento respeitando a ordem alfabética dos “nomes de baptismo”. Todavia, o Regimento de 1821, que viria a entrar em vigor durante as Cortes Constituintes, estipulou que os deputados ocupariam um lugar na sala “indistintamente, e sem preferência alguma”. Esta regra irá manter-se sem alteração nos Regimentos subsequentes de ambas as Câmaras legislativas até 1926, mesmo quando a representação parlamentar passou a ser estruturada em torno de partidos políticos.

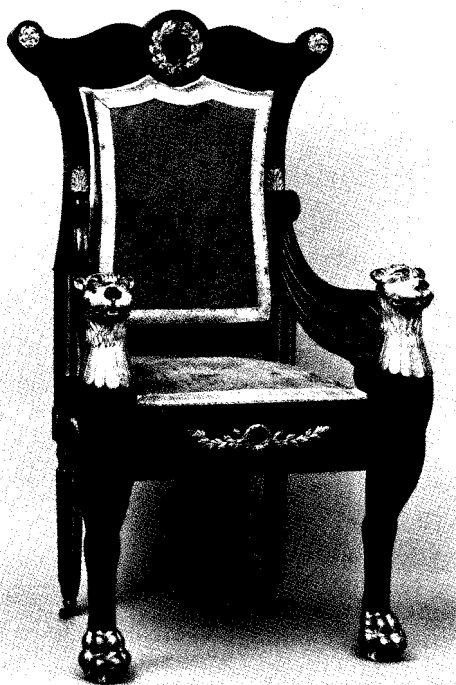


■ Cadeiras de braços utilizadas nas Cortes Constituintes de 1821. [AR – Museu]

A parede nobre, por detrás do lugar onde se deveria sentar o soberano, seria ornamentada com um retrato de D. João VI de corpo inteiro. Domingos Sequeira, traduzindo o espírito da época, optou por pintar o monarca a apontar para um livro em cuja lombada figurava simbolicamente a palavra “Cortes”, fixando desta forma a

imagem oficial do rei constitucional. Para complementar esta aproximação ao ideário político vigente, o artista chegou a iniciar uma série de esboços de alguns parlamentares vintistas, que deveriam ser colocados nas restantes paredes da sala, mas o propósito não chegou a ser concluído.

A primeira experiência liberal seria abortada na sequência do golpe da Vilafrancada, acabando o Parlamento por ser encerrado em Junho de 1823. As Cortes só reabririam em 1826, após a morte do monarca e a subida ao trono de D. Pedro IV. A Carta Constitucional outorgada a partir do Rio de Janeiro, que recuperou o regime liberal, previa no seu articulado o estabelecimento de um sistema bicameral que implicava a repartição do poder legislativo entre uma Câmara dos Deputados, de cariz electivo, e uma Câmara dos Pares, cujos membros seriam nomeados pelo rei a título vitalício, hereditário e sem número fixo. A criação do pariato aumentou assim o contingente parlamentar e agravou o problema da morada das Cortes, uma vez que se tornava necessário encontrar um novo edifício que comportasse duas salas suficientemente amplas e dignas para receber os membros do Parlamento. Até 1828, a Câmara dos Deputados passou a reunir-se na Casa da Suplicação, em plena Praça do Comércio,



■ Cadeira do presidente da Câmara dos Pares para as sessões reais (1826). [Madeira de mogno, veludo de seda. AR – Museu]

enquanto os pares se encontravam no Palácio da Regência, ao Rossio, no edifício dos antigos Paços da Inquisição – que, na altura, servia também de domicílio à regência do Reino<sup>3</sup>. O mobiliário que iria decorar ambas as Câmaras, de que hoje ainda restam algumas peças<sup>4</sup>, seria fornecido, ainda em 1826, pela Repartição das Obras Públicas.

### ***A instalação em São Bento***

A evolução política do Reino viria a condicionar fortemente o funcionamento do sistema parlamentar. A aclamação de D. Miguel como rei absoluto, em 1828, e a eclosão da guerra civil obrigaram a um segundo encerramento antecipado das Cortes. Apenas com o triunfo dos seguidores de D. Pedro, em 1834, e a recuperação da Carta Constitucional de 1826 como Lei Fundamental do país foi possível reinstalar definitivamente o regime liberal e recuperar o Parlamento enquanto órgão representativo da comunidade nacional.

O primeiro espaço designado para acolher a sede do poder legislativo foi o Mosteiro de São Vicente de Fora, mas depressa se concluiu que a acomodação das duas câmaras legislativas em tal edifício era impossível de concretizar, uma vez que esta casa religiosa apenas dispunha de uma sala com as dimensões convenientes para a reunião dos parlamentares. O volume dos trabalhos que seria necessário realizar e a despesa implicada obrigaram os responsáveis das Obras Públicas do Reino a encontrar uma solução alternativa que permitisse a instalação definitiva das Cortes. Para além disso, e uma vez que a Corte na época se encontrava instalada no Palácio das Necessidades, Suas Majestades pretendiam uma localização que os aproximasse do órgão de decisão legislativa. A escolha do recentemente extinto Mosteiro de São Bento da Saúde acabou por se revelar um acaso, apesar das características do local o indicarem como uma opção possível para as funções pretendidas, encerrando-se assim o período itinerante da assembleia parlamentar iniciado em 1821<sup>5</sup>. Desta forma, pode afirmar-se que a procura de uma solução definitiva que acolhesse o espaço parlamentar de forma adequada acompanhou todo o conturbado período de implantação do nosso liberalismo (SILVA 2003: 75).

<sup>3</sup> A primeira sessão parlamentar de acordo com o modelo bicameral ocorreu a 31 de Outubro de 1826 (AFONSO; MOURÃO 2003: 23-30; TÁVORA; LARA; SILVA 2009: 59).

<sup>4</sup> De destacar o cadeirão da Presidência da Câmara dos Pares que pode ser observado no retrato de aparato a óleo sobre tela do duque de Palmela – que ostenta o manto de arminho do uniforme de par do Reino e as respectivas insígnias na sua qualidade de presidente desta Câmara (1834-1850) –, da autoria do pintor inglês John Simpson. Este cadeirão, de que se conserva um outro exemplar, seria transferido, em 1834, para o novo Palácio das Cortes. Ambas as peças seriam utilizadas pelos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado (SILVA 2009a: 10-11).

<sup>5</sup> Para a mais completa história deste edifício v. (FRANÇA 1999).



■ O Palácio das Cortes  
(1856).

[Jean Lewicky, aguarela  
sobre papel. AR – Museu]

O estabelecimento de ambas as Câmaras legislativas no Mosteiro de São Bento da Saúde seria determinado por portaria do Ministério do Reino de 4 de Setembro de 1833, ainda antes do fim da guerra civil<sup>6</sup>. A solução seria proposta por João Pimentel Maldonado, arquivista das Cortes, em conjunto com técnicos das Obras Públicas do Reino. Da autoria de Baltazar Álvares, um dos divulgadores do classicismo arquitectónico entre nós, o edifício – cuja construção se iniciara em 1615 e ainda se encontrava habitado por alguns monges – era suficientemente amplo e conforme para receber estas funções, embora fosse imediatamente entendido que teria de se proceder às indispensáveis adaptações do espaço religioso às necessidades das suas novas funcionalidades laicas. O sentido “anti-monástico” próprio da época, que viria a ficar consubstanciado no Decreto de Extinção das Ordens Religiosas Masculinas e de nacionalização dos seus bens, promulgado pelo ministro Joaquim António de Aguiar em 30 de Maio de 1834, e o facto de os conventos serem os únicos edifícios urbanos com características arquitectónicas que permitiam a acomodação de duas salas destinadas às reuniões de deputados e de pares do Reino, facilitaram a escolha de D. Pedro. Esta solução era enquadrada ainda por uma outra tendência da época. Na Lisboa após-terramoto de 1755, os principais centros de poder seriam fixados no lado Ocidental da cidade, nomeadamente os palácios reais, apesar de a chegada do liberalismo ter levado à instalação de alguns ministérios no Terreiro do Paço.

<sup>6</sup> A expulsão da comunidade monástica existente em São Bento foi determinada pelo Decreto de 9 de Agosto de 1833 da Comissão para a Reforma Geral Eclesiástica, que antecedeu o Decreto de Extinção das Ordens Religiosas Masculinas.

A pouca disponibilidade financeira do país saído recentemente das lutas civis e a urgência em ultimar os preparativos para acomodar os representantes da Nação apressaram a conclusão das obras sem gastos excessivos, não obstante se terem verificado algumas demoras iniciais que poderiam ter comprometido as ideias dos promotores. Em termos práticos, por intervenção do arquitecto João Maria Feijó, da Repartição de Obras Públicas do Reino, aproveitou-se a antiga Livraria e a Sala do Capítulo, de estreita planta rectangular, no piso térreo da ala esquerda do mosteiro, para acomodar a Sala das Sessões da Câmara dos Pares, enquanto uma parte do claustro serviria de Sala das Sessões da Câmara dos Deputados (SILVA 2009a: 9-15). Os dormitórios dos antigos inquilinos localizados no primeiro piso acomodariam os serviços de apoio às duas Câmaras, enquanto o terceiro piso seria preparado para receber as comissões parlamentares e os serviços dos diferentes ministérios e respectivas secretarias. Na prática, a ala direita do edifício deveria ser ocupada pelos deputados, funcionando a ala esquerda para os pares. A excepção seria a ala sudoeste, onde, desde 1755, se encontrava acomodado o acervo do Real Arquivo da Torre do Tombo.

Apesar da pressão criada pela situação, uma vez que a reunião dos parlamentares se tornou politicamente prioritária, a evolução dos trabalhos de remodelação do mosteiro Beneditino sofreu atrasos que motivaram críticas de alguns sectores políticos. Em fins de Junho de 1834, D. Pedro terá visitado pessoalmente as obras e, desagrado com o rumo dos acontecimentos, decidiu afastar intempestivamente os responsáveis da Repartição das Obras Públicas, herdeira da antiga Casa do Risco pombalina. O regente revelou-se insatisfeito com o andamento rotineiro e pouco apressado das reparações. A dimensão da intervenção a efectuar em São Bento, a falta de tempo e a pouca disponibilidade financeira para garantir os meios necessários à conclusão das obras terá pesado na decisão. Para a continuação dos afazeres seria então escolhido Joaquim Possidónio da Silva, recentemente nomeado como arquitecto da Casa Real. Este ficaria com a responsabilidade de executar um novo projecto no prazo de apenas 50 dias, uma vez que a primeira reunião do Parlamento estava já agendada para 15 de Agosto. De referir a oportunidade da ingerência de D. Pedro e a capacidade de resposta de Possidónio da Silva, uma vez que o Parlamento seria inaugurado na data prevista com uma sessão solene marcada pela presença do regente, que já se encontrava muito doente (AFONSO; MOURÃO 2003: 31-38).

Inicialmente a Câmara dos Pares concentraria mais atenções, acentuando-se desta forma o seu carácter aristocrático. Em termos da gramática decorativa utilizada, o novo espaço receberia um retrato régio a óleo sobre tela de D. Maria II, da autoria de John Simpson, encomendado pelos liberais portugueses exilados em Londres e executado em 1834. Mais tarde, um outro óleo sobre tela alusivo a

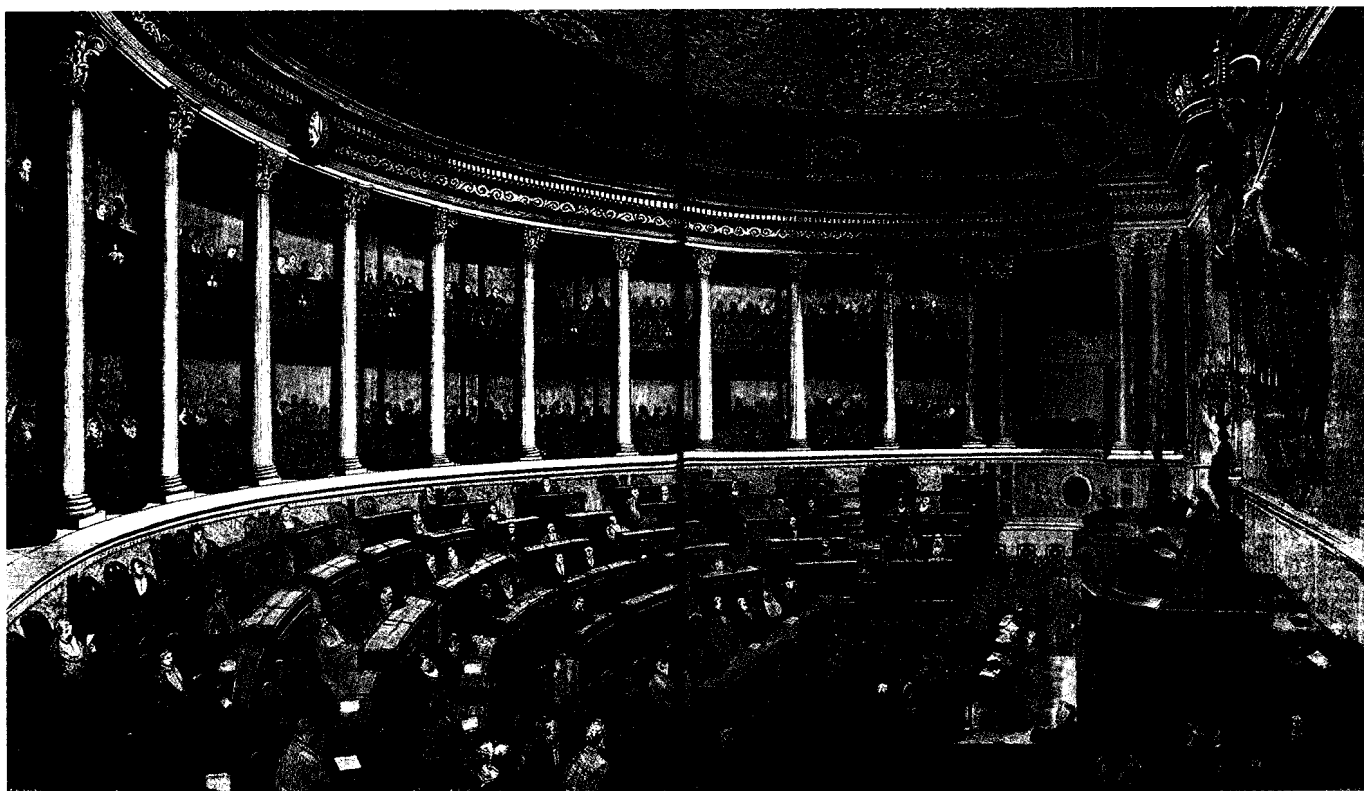
D. Pedro V, da autoria de Manuel Maria Bordalo Pinheiro – funcionário da Secretaria da Câmara dos Pares e pai dos artistas Columbano e Rafael Bordalo Pinheiro –, seria ali também instalado<sup>7</sup>. Ainda assim, a premência do estabelecimento das Câmaras, que obrigou a uma intervenção mais organizativa e menos preocupada com os aspectos decorativos, resultou ao nível da Câmara dos Pares num espaço despojado de elementos ornamentais e com uma “simplicidade quase incómoda” que terá à época sido alvo de críticas várias (MOURÃO 2009: 17), tendo-se verificado uma situação análoga na Câmara dos Deputados, que depressa se tornou num lugar pouco confortável e desadequado para as suas funções.

O ordenamento do espaço exterior também não seria esquecido. Em 1835-1836, o Ministério do Reino e o governador civil de Lisboa, Joaquim Larcher, projectaram alterar a malha urbana da zona, abrindo duas novas ruas (que se denominariam Rua das Cortes e Rua Duque de Bragança), demolindo um elevado número de edifícios e reabilitando outros. Nenhuma destas soluções seria contemplada, mas em 1836 também se pensou numa alternativa que demoraria cerca de 60 anos a concretizar: rasgar a cerca do Convento da Esperança, que na época ainda não fora extinto, e abrir um arruamento em direcção ao rio. Apenas em 1889, com a demolição do referido Convento, se assistiria à construção da então designada Avenida das Cortes (hoje D. Carlos I).

### ***A primeira “Regeneração” do espaço parlamentar***

Até meados da década de 1850 não se efectuaram obras de vulto no interior do edifício, que se foi deteriorando com o tempo. As intervenções realizadas apenas se destinavam a assegurar a manutenção das condições mínimas de funcionamento das Cortes, resumindo-se a intervenções pontuais de emergência. Apesar de antiga, a ideia de reconstruir a fachada principal do Palácio de São Bento, como rapidamente ficou conhecido, apenas seria confirmada em Maio de 1846, sendo então aprovado o projecto de Paulo José Ferreira da Costa elaborado em 1841. Todavia, somente em 1856 seriam executados os projectos de remodelação do edifício do Parlamento, abrangendo não só as fachadas, mas também os três pisos interiores, tarefa da qual seria incumbido o arquitecto francês Jean-François Colson, contratado pelo recém-criado Ministério das Obras Públicas. Em final de mandato, o ministro Fontes Pereira de Melo encarregou o embaixador de Portugal em Paris, o marquês de Paiva, de fazer os contactos necessários para proceder à contratação do arquitecto que já tinha trabalhado nas obras de requalificação do Museu do Louvre.

<sup>7</sup> Ambas as peças seriam transferidas para o Museu dos Coches após a implantação da República (SILVA 2009a: 12-13).



■ "A Nova Câmara dos Pares"  
(1867).  
*O Ocidente*, Lisboa, Vol. 1,  
n.º 2, 15 Janeiro 1878.  
[BNP]

De assinalar nesta fase o projecto de reorganização do espaço interior, com destaque para a transferência das Salas das Sessões da Câmara dos Deputados e dos Pares para o 1.º piso. O andar térreo ficaria destinado às Sessões Reais, que decorreriam no corpo da igreja ainda existente, dividida em tribunas para deputados e pares, com o trono régio no lugar do antigo altar-mor. O piso superior continuaria a acomodar as comissões, os ministérios e seus serviços respectivos. Os projectos do arquitecto francês ainda contemplariam o arranjo da fachada e do jardim traseiro do edifício. Desta ampla proposta de remodelação apenas seria concretizada a intervenção na Sala das Sessões da Câmara dos Pares, que ainda hoje mantém a traça então idealizada. Uma vez que o arranjo previsto para a Câmara dos Deputados seria muito idêntico em termos de disposição espacial e de decoração, pode presumir-se que o modelo apresentava características ornamentais e arquitectónicas semelhantes, como que equiparando simbolicamente as duas categorias da representação nacional. O figurino proposto para ambas as salas compunha-se de uma planta semicircular, ficando a sala disposta em hemiciclo e contemplando dois níveis de camarotes para o público, solução que procurou inspiração no modelo parlamentar francês.

Em termos do aspecto exterior é também no final da década de 1850 que se prestou finalmente atenção ao terreiro que se situava em frente da fachada principal

do edifício, que seria alindado com a plantação de algumas árvores e a construção de uma escadaria de acesso pela Rua de São Bento, com guardas de ferro forjado, num esforço de dignificação da entrada no espaço parlamentar (SILVA 2003: 88). O ordenamento exterior do Largo de São Bento seria complementado com a inauguração, em Maio de 1878 (AFONSO; MOURÃO 2003: 39-50), do monumento a José Estêvão Coelho de Magalhães, por muitos considerado como o mais brilhante orador algum dia eleito para o Parlamento português.

A empreitada para a recuperação da Câmara dos Pares apenas terá arrancado em finais de 1861, já Jean-François Colson tinha abandonado o país<sup>8</sup>, mas só em Junho de 1863 seria criada uma comissão especial para fazer o acompanhamento da obra, cuja direcção técnica seria assumida pelo marquês de Niza, coadjuvado pelo arquitecto António Tomás da Fonseca e pelos engenheiros Jaime Larcher e Charles Pezarat. Como curiosidade, refira-se que a vistoria seria entregue ao arquitecto Joaquim Possidónio da Silva, cuja experiência no edifício o recomendava amplamente para o exercício do cargo.

Como já ocorrera em 1834, depois de resolvidos os problemas estruturais da sala da Câmara dos Pares, pensou-se no complemento da sua decoração. Mais uma vez seria um artista estrangeiro a ocupar o lugar principal, sendo escolhido o francês Anatole Calmels, cujo nome ficaria ligado a outras intervenções em Portugal<sup>9</sup>. Até então, o mosteiro de São Bento conservava uma ornamentação austera. Para começar, os bustos dos duques de Palmela e da Terceira seriam colocados junto às galerias para evocar dois dos mais ilustres fundadores do regime. Calmels também esculpiu as cabeceiras das portas em mármore branco de Carrara com os bustos de D. Pedro IV e de D. Maria II. Já em 1866, o pintor José Rodrigues compôs um retrato de D. Luís que seria colocado por detrás da tribuna onde tinha assento o presidente da Câmara dos Pares. De referir que a dignidade do exercício do pariatu seria acentuada através do efeito cenográfico de um dossel em madeira de cedro encimado por uma coroa, elemento iconográfico identificativo desta figura parlamentar e que seria disposto por detrás da tribuna onde tinha assento o presidente da Câmara dos Pares. Com a chegada da República toda esta simbologia seria alterada e a coroa do dossel daria lugar a uma esfera armilar com os escudos das armas nacionais, mais consentânea com a nova iconografia do regime.

<sup>8</sup> O talento do arquitecto gaulês ficaria ainda associado a outras obras em Portugal como o edifício da Alfândega Nova do Porto, o Observatório da Ajuda e o palacete do rico homem de negócios José Maria Eugénio de Almeida, na zona de São Sebastião da Pedreira, em Lisboa, isto para além de alguns projectos para a recuperação e expansão do mosteiro dos Jerónimos, cujo torreão da ala conventual irá sofrer uma derrocada em 1878 (AFONSO; MOURÃO 2003: 86).

<sup>9</sup> Seria ainda o autor do Monumento a D. Pedro IV no Porto, trabalharia no Arco da Rua Augusta em Lisboa e no frontão dos Paços do Concelho da capital.

O referido dossel era composto por dois génios alados, representando a Realeza e a Justiça, que seguravam nas mãos um ceptro e o manto de arminho, símbolos que seriam também retirados depois da Revolução de 1910. O mobiliário desta sala também seria quase todo novo, utilizando-se poltronas de estilo vitoriano, em nogueira. A sala seria inaugurada em Janeiro de 1867, sobressaindo a sua unidade conceptual e decorativa devida à intervenção de Anatole Calmels.

Na época, as principais críticas dos frequentadores do espaço assentavam nas deficientes condições de iluminação, ausência de janelas, acústica imperfeita, má ventilação no Verão e ausência de um sistema de aquecimento para o Inverno, críticas que poderiam ser igualmente aplicadas ao que se passava na Câmara dos Deputados, onde as condições se deterioravam com o passar dos anos.

Para responder a algumas dessas apreciações menos positivas, o pavimento original da Câmara dos Pares seria logo substituído em 1868<sup>10</sup>. Do mobiliário utilizado na época, destaque-se a mesa e o cadeirão da presidência, bem como as bancadas destinadas aos pares e os assentos das galerias. A primeira destas peças também seria desenhada por Anatole Calmels, sendo executada pelo entalhador Leandro Braga em madeira de nogueira. Consistia em três corpos unidos, assentes sobre um estrado com degraus de cada lado. Na frente, surgia decorada com os medallhões representativos do duque de Palmela e do cardeal D. Guilherme Henriques de Carvalho – que foram presidentes da Câmara dos Pares entre 1834 e 1857 –, também concebidos por Calmels. Uma bancada para os taquígrafos e outra para os membros do governo seriam colocadas entre a mesa da presidência e as bancadas destinadas aos pares do Reino. Já em pleno Estado Novo, estas duas peças seriam retiradas e substituídas por uma tribuna para ser usada pelo orador que usasse da palavra na Câmara Corporativa. As bancadas e as cadeiras originais seriam restauradas em 1902, uma vez que se encontravam gastas pelo uso. As galerias destinadas ao público comportam camarotes e varandas ordenados por 22 colunas de pedra lioz polida. Entre 1885 e 1896 seriam colocados na Sala os bustos dos duques da Terceira e de Saldanha, entretanto retirados com o início da República. Entre as colunas seriam também colocados oito bustos de personalidades importantes que ascenderam ao pariato<sup>11</sup>. A Sala comportava ainda uma tribuna destinada à família real e outra ao corpo diplomático. A pintura do tecto seria da responsabilidade do francês Pierre Bordes, um especialista em decoração de interiores.

Resolvida a questão da Câmara Alta, alguma vez teria de se dedicar atenção à Sala das Sessões dos deputados, que continuavam a reunir-se no velho claustro

<sup>10</sup> O actual resulta da substituição efectuada em 1938 (MOURÃO 2009: 22).

<sup>11</sup> Os duques de Palmela, da Terceira, de Loulé, de Saldanha, de Ávila e Bolama, assim como o cardeal D. Guilherme Henriques de Carvalho, conde do Lavradio e Fontes Pereira de Melo, repartindo-se a sua autoria pelo próprio Anatole Calmels, Alberto Nunes, Simões de Almeida (sobrinho) e Míguel Santos.

adaptado por Possidónio da Silva em 1834. As suas condições continuaram a deteriorar-se progressivamente e, em Julho de 1872, assistiu-se mesmo ao deslocamento de algumas traves que fizeram abater parte do tecto. Apesar da urgência e da necessidade das obras, estas nunca se realizariam dadas as dificuldades financeiras com que o Estado passou a conviver a partir dos finais da década de 1860. As Salas das Sessões, galerias, secretarias e os claustros seriam alvo de pequenos arranjos provisórios, ficando congelados todos os projectos de reforma das fachadas e dos interiores. Na década de 1880 seria construída, todavia, uma Sala de Conferências de planta quadrada e com acesso aos antigos Passos Perdidos, destinada a reuniões dos pares do Reino<sup>12</sup>.

O arranjo da segunda Câmara concitou sempre mais atenção por parte do poder político. A subida ao trono de D. Carlos, em finais de 1889, seria celebrada com a inauguração, em 1891, de um retrato do monarca da autoria de António Félix da Costa. Com a morte de D. Carlos e a subida ao trono de D. Manuel II, o retrato do rei assassinado em 1908 seria substituído em 1909, por um outro, da autoria de José Nunes Ribeiro Júnior, alusivo à figura do último monarca de Portugal. A mudança de regime impôs a deposição do retrato régio, que seria depois substituído por um busto da República, da autoria de Tomás Costa. Já no Estado Novo seria colocado um óleo sobre tela com uma alegoria alusiva à Pátria, da autoria de Carlos Reis, e reposto o retrato de D. Luís, em convívio com os elementos decorativos republicanos (MOURÃO 2009: 24).



■ Busto da República (191-).  
[Tomás Costa. AR – Museu]

### ***As Cortes de Ventura Terra***

A data mais dramática da história do espaço parlamentar ocorreria a 17 de Junho de 1895, quando um incêndio de grandes proporções destruiu parcialmente o edifício. O Parlamento encontrava-se encerrado desde Novembro do ano anterior, pelo que não houve vítimas a lamentar, mas a Sala das Sessões da Câmara dos Deputados seria completamente consumida pelo fogo. Como se encontravam já marcadas as próximas eleições gerais de deputados, que iriam ocorrer em Novembro, foi imediatamente solicitado ao Ministério das Obras Públicas que providenciasse um novo espaço para acomodar os eleitos até se realizarem as obras de recuperação em São Bento. Foram então cedidas salas da Academia Real das Ciências, que seriam alvo de adaptações por parte de Domingos Parente da Silva. Apesar deste arquitecto ter apresentado quase imediatamente um projecto para a recuperação da Sala das Sessões da Câmara dos Deputados, que recebeu parecer favorável da Direcção Especial de Edifícios Públicos e Faróis, o ministro do Reino João Franco endereçou

<sup>12</sup> Hoje denominada Sala D. Maria II (SILVA 2009b: 7-9).



☒ Palácio das Cortes –  
Incêndio na Câmara  
dos Deputados (17 Junho  
1895).  
[Fotografia a p&b pelo Coronel  
Azevedo e Silva. AR – AHP]

um convite ao arquitecto Miguel Ventura Terra para este apresentar uma proposta alternativa<sup>13</sup>.

O arranjo espacial e o programa decorativo – que contemplavam uma composição pictórica alusiva ao Parlamento, um retrato do rei, as armas das províncias de Portugal metropolitano e das colónias, estátuas alegóricas e bustos de parlamentares – destacaram-se imediatamente por apresentarem uma linguagem mais ambiciosa, o que veio a estar na base de polémicas imediatas.

O concurso aberto pela Direcção dos Serviços de Obras Públicas seria alvo de grande controvérsia na época. O Grémio Artístico insurgiu-se contra a possibilidade de nele participarem concorrentes estrangeiros, ao mesmo tempo que contestou a sujeição da decoração das fachadas ao projecto do engenheiro António

<sup>13</sup> Para uma visão mais completa da biografia de Ventura Terra e dos seus planos de intervenção no Palácio das Cortes v. *Arquitecto Ventura Terra* 2009.

Joaquim Pereira. No primeiro plano, argumentava-se simplesmente que o Estado deveria fomentar e defender os artistas nacionais, numa atitude proteccionista e corporativa, enquanto no segundo se atacavam as limitações à criatividade dos participantes no concurso, que deveriam submeter-se às determinações de um antigo projecto considerado medíocre, da autoria de um funcionário que até já tinha falecido.

Os resultados do concurso seriam conhecidos em finais de Dezembro de 1895. Em primeiro lugar, como era esperado, classificou-se Ventura Terra, seguido de Luís Caetano Pedro d'Ávila, um arquitecto com provas dadas, mas cujas concepções artísticas eram consideradas ultrapassadas e pouco arrojadas. Um terceiro concorrente, o arquitecto José Emílio dos Santos e Silva, seria excluído da competição.

O projecto preterido apresentava de forma mais marcada o cunho de um estudo académico e as soluções propostas, tanto para a Sala das Sessões como para a fachada, também não agradaram ao júri. Por sua vez, Ventura Terra levou em consideração o espaço disponível, acabando por desenhar um projecto bem mais harmonioso no seu conjunto.

As opções estéticas do arquitecto responsável acabaram por respeitar o carácter civilista do edifício. Em relação ao interior, o vencedor seguiu a estética neoclássica da frontaria e para a Sala das Sessões dos Deputados inspirou-se no anfiteatro da Sorbonne. Já a adjacente sala dos Passos Perdidos, dotada de uma clarabóia em ferro e vidro, lembrava a solução adoptada na Gare d'Orsay em Paris, cidade onde Ventura Terra tinha estudado (SILVA 2003: 92). A Sala das Sessões da Câmara dos Deputados e respectivas dependências seriam construídas de raiz. Este espaço seria mais amplo e alto do que a antiga sala idealizada por Possidónio da Silva em 1834, tendo em vista a melhoria da acústica e a necessidade de albergar um número



● Palácio das Cortes  
(ca 1904).  
[Postal ilustrado. BNP]

superior de parlamentares<sup>14</sup>. Com as obras interiores, o edifício ficou com uma organização espacial mais adequada, sendo o arranjo final considerado “uma das grandes obras da arquitectura portuguesa de 1900”, simultaneamente ousada e dotada de uma beleza funcional, caracterização essa que era extensível à Sala dos Passos Perdidos, apreciada (como um sinal de cosmopolitismo) pela sua inspiração francesa (SILVA 2003: 92).

As obras iniciaram-se em Abril de 1897, ultrapassadas as polémicas iniciais<sup>15</sup>. Paralelamente, a Sala da Câmara dos Pares, que não tinha sido afectada pelo incêndio, sofreu pequenas adaptações básicas de modo a permitir o funcionamento de forma alternada das sessões do pariatto e dos deputados, dado o carácter provisório da transferência das sessões da Câmara Baixa para a Academia das Ciências. De salientar que durante os trabalhos de recuperação do velho Palácio das Cortes se procedeu à transferência do Arquivo da Torre do Tombo da ala sudoeste para a nordeste, ficando o mesmo instalado no local que tinha servido de refeitório aos monges beneditinos até 1834.

A última versão do que seria a futura Sala das Sessões da Câmara dos Deputados apenas seria apresentada pelo arquitecto Ventura Terra em finais de 1898. As obras iriam arrastar-se até Março de 1901, tendo então início o processo de decoração dos interiores. Após cinco anos de intervenções diversas, a nova Sala das Sessões ficou definitivamente pronta a 2 de Janeiro de 1903, apesar de as obras não se encontrarem concluídas ainda. Com capacidade para acolher 150 deputados, de planta semi-circular e disposição em anfiteatro, o espaço incluía ainda sete lugares destinados aos ministros, uma tribuna para a presidência das sessões, uma bancada para os taquígrafos e uma tribuna para os oradores. Reservou-se uma galeria especial que acomodasse a família real, o corpo diplomático, as famílias dos parlamentares e a imprensa, e uma outra, comportando 500 lugares, destinada ao público em geral.

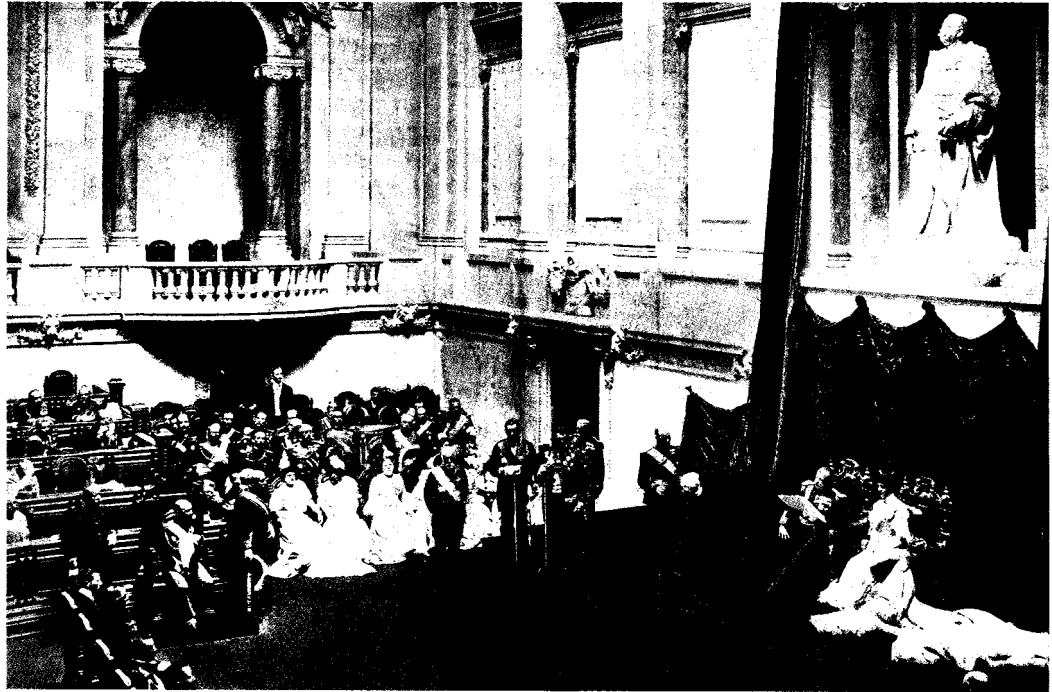
Quando da inauguração da sala, a sua ornamentação encontrava-se bastante depurada e incompleta, dela fazendo parte apenas o mobiliário em madeira de nogueira e uma estátua de corpo inteiro do rei D. Carlos da autoria do escultor António Teixeira Lopes, que de resto nunca seria terminada. Para além disso, por detrás da tribuna da presidência foram colocados dois leões e os Escudos Nacionais em gesso, enquanto por cima das tribunas laterais seriam assentes vários grupos escultóricos femininos da autoria do mesmo artista. Após o regicídio ainda se

---

<sup>14</sup> Em 1834, estava prevista a eleição de 132 deputados, enquanto o decreto eleitoral de 1901 contemplava a eleição de 148 deputados (ALMEIDA 1998: 739).

<sup>15</sup> Refira-se que, em 1896, seria aberto um outro concurso destinado à requalificação do mosteiro dos Jerónimos, apenas se admitindo artistas nacionais ainda como reflexo da pressão corporativa exercida pelo Grémio Artístico, que não tinha conseguido fazer vingar idêntica posição a propósito das obras de reconstrução do Palácio de São Bento.

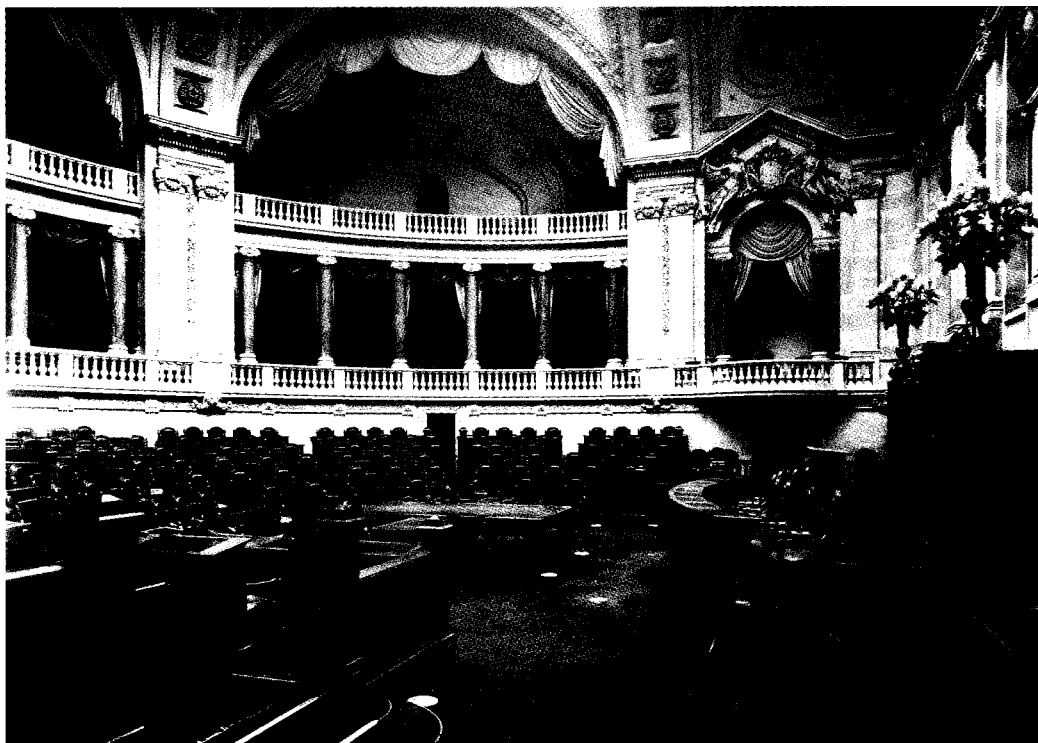
■ "Sessão solene de abertura das Cortes". (1 Junho 1906). [Ilustração Portuguesa, Lisboa, 11 Junho 1906. BNP]



pensou em substituir a estátua de D. Carlos por uma alusiva a D. Manuel II, da autoria de José Moreira Rato, mas o final da Monarquia acabou por inviabilizar o projecto. Já a Sala dos Passos Perdidos permaneceu despojada, ficando o seu programa decorativo completo apenas em 1921, quando foram instalados os seis painéis que hoje se conservam, pintados a óleo sobre tela, da autoria de Columbano Bordalo Pinheiro, representando vinte e duas figuras da História nacional ligadas à política, à oratória e à administração pública (SILVA 2003: 51-71). O remate do corpo central do edifício viria a ocorrer já nos finais da década de 1930.

Em todas estas intervenções esteve presente sempre a mesma preocupação: a dignificação do espaço onde tinha assento a representação nacional e a ampliação das áreas reservadas ao público. As soluções pensadas por Ventura Terra contaram com o apoio de engenheiros qualificados, como Policarpo da Costa Lima, também ele actualizado em relação aos avanços técnicos do seu tempo. De referir que ambos beneficiaram sempre da generosidade dos governos, que tiveram de suportar sucessivos aditamentos orçamentais em relação ao inicialmente previsto. A requalificação do Palácio das Cortes arrastou-se pelas décadas seguintes, sendo conduzida por Adolfo Marques da Silva, Cristino da Silva (arranjos exteriores) e Porfírio Pardal Monteiro (responsável pelo Salão Nobre), arquitectos discípulos de Ventura Terra, precocemente desaparecido em 1919. Gerações de artistas tiveram, desde então, oportunidade de colaborar, por via de encomendas diversas, na transformação do

☛ Sala das Sessões da Câmara dos Deputados (1911).  
[Fotografia a p&b por J. Fernandes. AR-AHP]



Palácio de São Bento num autêntico Museu dedicado à História e aos mitos nacionais. O Parlamento viria a transformar-se num dos mais significativos monumentos civis do património cultural nacional.

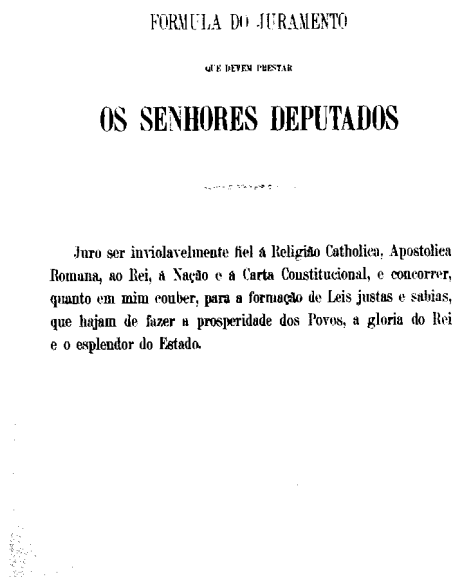
### ***A ritualização da representação parlamentar***

Apesar de funcionar como instituição de acolhimento do poder legislativo, cuja principal missão era o debate e a produção de leis pelos agentes políticos envolvidos, as sessões ocorridas em São Bento obedeciam a calendários e protocolos próprios codificados nos regimentos de ambas as câmaras parlamentares. De entre os principais rituais, destaquem-se os juramentos dos deputados, pares do Reino e senadores, tanto no período da Monarquia como na República, o discurso da Coroa, a aclamação do rei e a eleição e tomada de posse do Presidente da República.

Até 1910, as sessões legislativas eram abertas pelo monarca na presença conjunta de deputados e pares do Reino. A cerimónia ocorria geralmente a 2 de Janeiro de cada ano e nela o soberano lia o chamado “Discurso da Coroa”, solenidade obviamente abolida com a República. Tratava-se de um texto elaborado pelos membros do governo e onde surgiam de forma resumida os acontecimentos políticos mais relevantes verificados durante o interregno parlamentar. Eram igualmente publici-

- *Fórmula do juramento que devem prestar os Senhores Deputados* (século XIX). [AR – Museu]

- "O Discurso da Coroa". [A *Marselheza*, Paris, 9 Janeiro 1908. Des. de Leal da Câmara. BNP]



tadas as medidas mais significativas que os ministros se propunham levar ao conhecimento dos parlamentares sob a forma de proposta de lei durante a sessão que tinha o seu início naquele momento. No dia seguinte a tal evento, uma cerimónia na Câmara dos Deputados reunia os eleitos para a inauguração da sessão legislativa. Caso a legislatura estivesse no início, tanto os deputados como os pares do Reino teriam de prestar juramento das suas funções de acordo com as formalidades estipuladas.

Nas solenidades públicas que ocorressem no Parlamento – caso das mencionadas sessões de abertura do ano parlamentar ou das cerimónias de investidura dos membros da Câmara Alta – os pares do Reino deviam trajar o uniforme oficial, uma pesada casaca azul escura com gola e punhos bordados a ouro, acompanhada de calça de lista dourada, colete, gravata de laço e chapéu bicorne com plumas. Sobre esta indumentária, o par do Reino deveria trajar o manto de arminhos como uniforme de gala<sup>16</sup>. Ao deputado não era requerida qualquer indumentária distintiva.

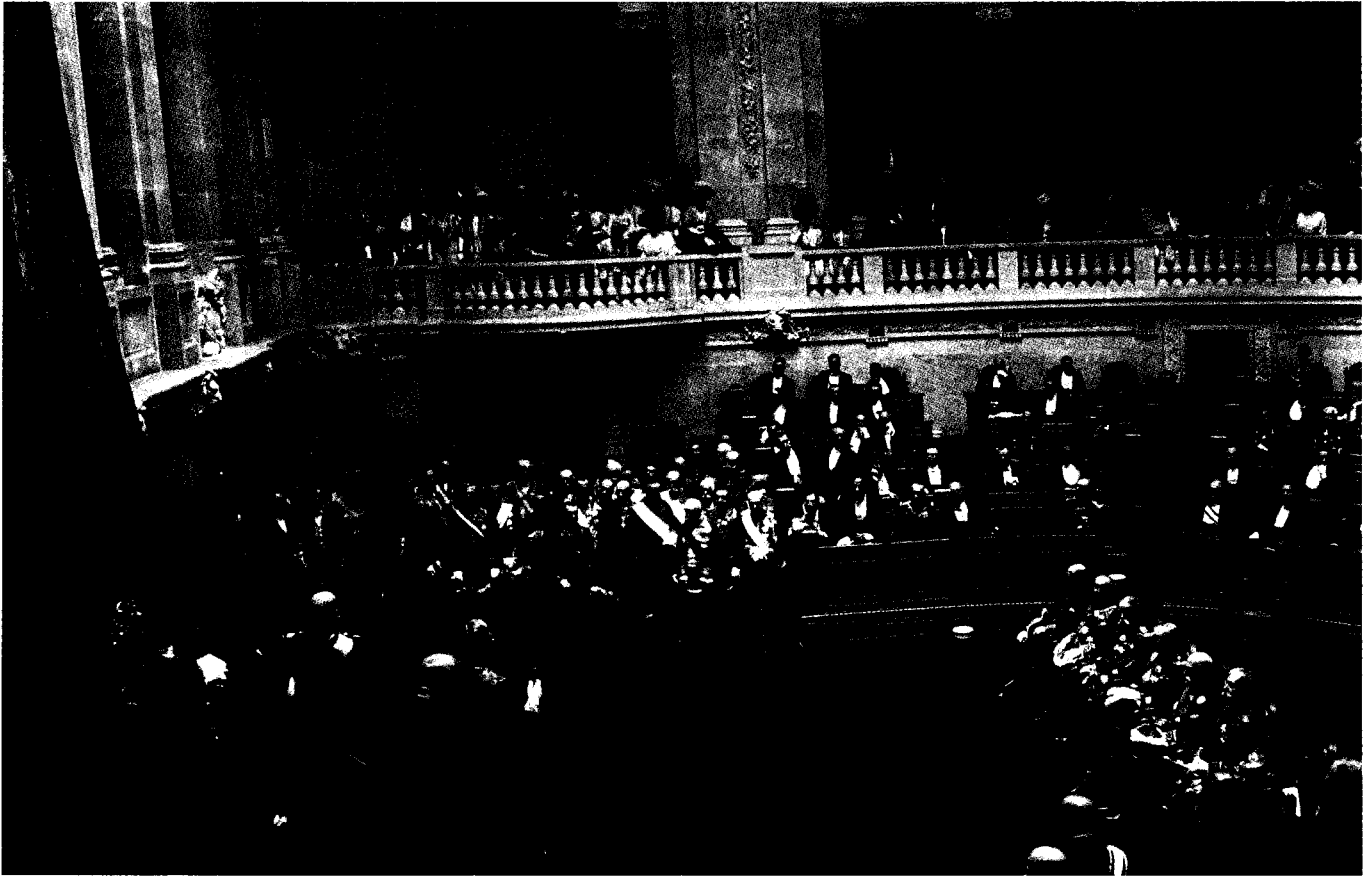
Durante a Monarquia Constitucional, o Parlamento também acolhia as cerimónias solenes de aclamação do rei de Portugal<sup>17</sup>. Este evento obedecia a um programa

<sup>16</sup> Em Julho de 1861, seria apresentada uma proposta que previa a substituição deste uniforme, estipulado em 1826, por outro mais cómodo e menos oneroso, mas a moção não seria aprovada.

<sup>17</sup> De mencionar que no nosso país os monarcas não usavam a coroa desde 1646, quando D. João IV consagrou o Reino a Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, proclamada Rainha de Portugal.

■ Traje de Par do Reino  
(1860).  
[Desenho de Rafael Bordalo  
Pinheiro. AR – AHP]

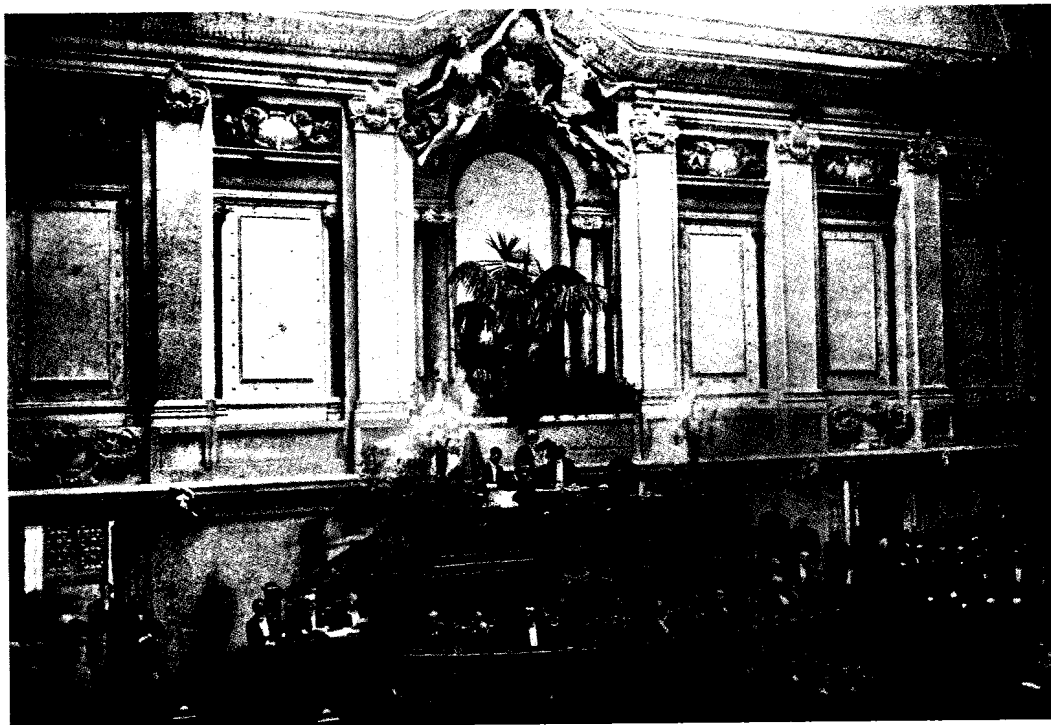




■ Aclamação de D. Manuel II.  
(6 Maio 1908).  
[Fotografia a p&b, Joshua  
Benoliel. AR – AHP]

oficial específico, ordenado nos dias ou semanas anteriores à sua realização. Normalmente, estavam presentes todos os deputados e pares do Reino reunidos em sessão conjunta. Uma deputação parlamentar deveria receber o monarca à entrada das Cortes, formando-se um cortejo com os membros da dita deputação à frente, seguida do soberano e demais membros da Corte. O rei, com o ceptro régio na mão, tomava o seu lugar no trono. Seguidamente, o presidente da Câmara dos Deputados apresentava-lhe os Santos Evangelhos cobertos com uma cruz, sobre os quais Sua Majestade, de joelhos, deveria colocar a mão direita e reiterar, de acordo com a promessa da real proclamação feita anteriormente, o juramento consignado no artigo 66 da Carta Constitucional de 1826, afirmando: “juro manter a religião católica, apostólica, romana, a integridade do reino, observar e fazer observar a constituição política da nação portuguesa e mais leis do reino, e prover ao bem geral da nação enquanto a mim couber”. Concluída esta cerimónia, o soberano dirigia uma breve alocução aos presentes. Terminada a intervenção, o alferes-mor do reino desenrolava a bandeira real, iniciando o presidente da sessão a fala que trazia preparada. De seguida, em “alta voz e por três vezes” aclamava-se o nome do rei, chamamento

■ "O novo PR [Bernardino Machado] lendo a sua alocução".  
[Ilustração Portuguesa. Lisboa, 11 Outubro 1915. BNP]



ao qual correspondia toda a plateia. Concluído o acto, o alferes-mor do reino fazia uma vénia ao monarca e descia do degrau do trono com a mencionada bandeira real desfraldada. Acompanhado dos porteiros e arautos dirigia-se então para a varanda das Cortes, onde aclamaria o rei perante o olhar dos curiosos que invadiam o largo fronteiro ao edifício. O alferes-mor agitava o estandarte que trazia consigo e proclamava: "Real, real, real, pelo muito alto e poderoso senhor, [mencionava o nome] rei de Portugal". Depois voltavam para o interior da Sala das Sessões, integrando todos o cortejo que deveria seguir a caminho de uma igreja da capital, onde o rei era esperado pelo Patriarca de Lisboa com o seu cabido para a celebração de uma missa em acção de graças a fim de proteger e abençoar o reinado que se iniciava.

A República aboliria todo este cerimonial. O Presidente passaria a ser eleito de forma indirecta pelo conjunto de deputados e senadores, assumindo o cargo numa cerimónia relativamente discreta no Palácio de São Bento. As reduzidas competências que lhe foram atribuídas pelo sistema parlamentarista previsto na Constituição de 1911 ditaram a simplificação do protocolo da sua tomada de posse: o momento simbólico mais importante, depois de cumpridos os formalismos burocráticos na Sala das Sessões dos deputados, consistia na ida à varanda do edifício para saudar a população que ali acorria movida pela curiosidade. A excepção deu-se em 1918. Sidónio Pais, eleito por sufrágio universal (masculino), escolheu os Paços do Concelho, em Lisboa, para cenário da sua aclamação (SERRA 2000: 110).

## BIBLIOGRAFIA

- AFONSO, Simonetta Luz, coord.  
2003 *Os Espaços do Parlamento: da Livraria das Necessidades ao Andar Nobre do Palácio das Cortes, 1821-1903*. Lisboa: Assembleia da República.
- AFONSO, Simonetta Luz; MOURÃO, Cátia  
2003 “Os Espaços do Parlamento – da Livraria das Necessidades ao Andar Nobre do Palácio das Cortes (1820-1903)”. In Simonetta Luz Afonso, coord. – *Os Espaços do Parlamento: da Livraria das Necessidades ao Andar Nobre do Palácio das Cortes, 1821-1903*. Lisboa: Assembleia da República.
- ALMEIDA, Pedro Tavares de, org. e introd.  
1998 *Legislação Eleitoral Portuguesa, 1820-1926*. Lisboa: IN-CM.
- Arquitecto Ventura Terra (1866-1919)*. Lisboa: Assembleia da República, 2009.
- FRANÇA, José Augusto  
1999 *O Palácio de São Bento*. Lisboa: Assembleia da República.
- MOURÃO, Cátia  
2009 “Sala do Senado – História e Iconografia”. In *Sala do Senado*. Lisboa: Assembleia da República.
- Sala D. Maria II*. Lisboa: Assembleia da República, 2009.
- Sala do Senado*. Lisboa: Assembleia da República, 2009.
- SERRA, João B.  
2000 “O Sistema Político da primeira República”. In Nuno Severiano Teixeira; António Costa Pinto, coord. – *A Primeira República Portuguesa entre o Liberalismo e o Autoritarismo*. Lisboa: Edições Colibri.
- SILVA, Raquel Henriques da  
2003 “A Casa de S. Bento na Cidade”. In Simonetta Luz Afonso, coord. – *Os Espaços do Parlamento: da Livraria das Necessidades ao Andar Nobre do Palácio das Cortes, 1821-1903*. Lisboa: Assembleia da República.
- SILVA, Teresa Parra da  
2009a “Sala das Sessões da Câmara dos Pares do Reino”. In *Sala do Senado*. Lisboa: Assembleia da República.
- SILVA, Teresa Parra da  
2009b “Sala de Conferências do Pariato”. In *Sala D. Maria II*. Lisboa: Assembleia da República.
- TÁVORA, Francisco; LARA, Miguel Sousa; SILVA, Teresa Parra da  
2009 “Breve história da Câmara dos Pares do Reino”. In *Sala do Senado*. Lisboa: Assembleia da República.